

**Educação Física Escolar:  
A ação pedagógica e sua legitimação enquanto prática social na Escola Itinerante do MST<sup>1</sup>**

Gabriela Machado Ribeiro\*

Elizara Carolina Marin\*\*

**Resumo**

Este artigo apresenta a pesquisa que investigou a ação pedagógica nas aulas de Educação Física e sua legitimação enquanto prática social na Escola Itinerante Filhos de Deus, do Acampamento 08 de Março, no município de Tupanciretã, Rio Grande do Sul (RS). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de entrevistas e observações. Os resultados da pesquisa desvelam que os conteúdos desenvolvidos na Educação Física na Escola Itinerante vêm atribuindo um viés de criticidade ao serem problematizados pelos educadores, todavia, estando a escola inserida no sistema que escraviza, exclui, expropria e vivencia constantes conflitos com a construção desses horizontes.

**Palavras-chave:** Educação Física Escolar; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Escola Itinerante.

**Physical Education at School:  
the pedagogic action and its legitimacy as a social practice in the Itinerant School of MST**

**Abstract**

This article presents a research that investigated the pedagogical action in the Physical Education classes and its legitimization as a social practice in the Itinerant School “Filhos de Deus”, in the camp “08 de Março”, located in Tupanciretã city, Rio Grande do Sul (RS). This is a qualitative research, developed through interviews and observations. The results of the research reveal that the contents developed during the Physical Education classes in the Itinerant School are attaching a critical bias because these contents are being problematized by educators, however the school is part of a system that enslaves, excludes, expropriates and it is in constant conflict with the construction of these horizons.

**Keywords:** Physical Education at School, MST (Movement of the Landless Rural Workers), Itinerant School

**Educación Física Escolar:  
La acción pedagógica y su legitimidad como práctica social en la Escuela Itinerante de MST**

---

<sup>1</sup> 1 Artigo apresentado ao curso de Pós-graduação em Educação Física escolar – CEFD/UFSM, como requisito para obtenção do grau de especialista em Educação Física escolar.

\* Professora especialista em Educação Física escolar – CEFD/UFSM. Santa Maria, RS, Brasil.  
E-mail: gabimacrib@yahoo.com.br

\*\* Professora Adjunta do CEFD/UFSM, Santa Maria, RS, Brasil. Orientadora do estudo. E-mail:  
eliz\_carol@hotmail.com

## Resumen

*Este artículo presenta un estudio que investigó la acción en el aula de enseñanza de la Educación Física y su legitimación como una práctica social en la Escuela Itinerante Filhos de Deus, del campamento 08 de marzo, en el municipio de Tupanciretã, Rio Grande do Sul (RS). Este es un estudio cualitativo, realizado a través de entrevistas y observaciones. Los resultados de la encuesta revelan que el contenido desarrollado en la Educación Física en la Escuela Itinerante tiene un sesgo en la asignación de la criticidad que se problematiza por los educadores, sin embargo, que se inserta en el sistema escolar que esclaviza, borra, expropria, experimentado constante conflicto con la construcción de estos horizontes.*

Palabras clave: Educación Física Escolar; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, la Escuela Itinerante

## Introdução

Este artigo parte da inquietação de compreender a Educação Física Escolar na Educação Básica do campo por meio do movimento social que inaugura a reflexão sobre a educação neste contexto: o Movimento Sem Terra (MST).

Com a preocupação voltada para conhecer a diversidade de contextos em que a prática pedagógica da Educação Física Escolar acontece e a importância de ser desenvolvida em interação com o contexto social, é que procuramos investigar a experiência da Educação Física na Educação Básica **no** e **do** Movimento Sem Terra.<sup>2</sup>

Portanto, os objetivos desta pesquisa foram identificar e analisar quais são as práticas pedagógicas da Educação Física adotadas na Escola Itinerante do MST, bem como verificar por que elas acontecem da maneira constatada e de que forma se legitimam enquanto prática social nesse contexto educativo.

O trabalho foi realizado por meio da aproximação e da interação com os sujeitos do MST, com base em observações,<sup>3</sup> entrevistas e vivências com educadores e educandos da Escola Itinerante Filhos de Deus, do Acampamento<sup>4</sup> 08 de Março, localizado no município de Tupanciretã, RS.

---

<sup>2</sup> Para uma melhor compreensão no decorrer do texto, cabe elucidar que *Sem Terra* – escrito com letra maiúscula e sem hífen – refere-se ao nome próprio, identidade construída socialmente pelos integrantes do movimento, enquanto que *sem-terra* – com letras minúsculas e com hífen – designa a condição de ausência de propriedade ou posse de terra de trabalho (CALDART, 2004).

<sup>3</sup> Para a realização das observações, utilizou-se, como procedimento, o diário de campo, que constituiu-se num conjunto de anotações das observações, dos comentários, dos depoimentos, bem como, de detalhes que, num primeiro momento, podem parecer vagos e imprecisos, mas que, posteriormente, se constituem em informações relevantes para a compreensão do contexto pesquisado.

<sup>4</sup> Fundamentado em Fernandes (1996). Por acampamento do MST entendemos o espaço de luta e resistência em que os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifundiários. Trata-se da ocupação do

Tratou-se de uma pesquisa participante, a qual evidencia “sua potencialidade no deslocamento das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeitos de estudo” (BORDA, 1990, p. 60).

Ao longo do segundo semestre de 2007 e do primeiro semestre de 2008, realizaram-se seis viagens de campo ao acampamento 08 de Março, durante as quais foram desenvolvidas entrevistas com nove educadores. Desses, quatro leigos, quatro alunos do curso de magistério e um acadêmico do curso de Licenciatura do Campo.

Cabe salientar que essas viagens foram possibilitadas por meio da vinculação ao Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET)<sup>5</sup> e da participação no Projeto Integrado de Trabalho com Professores e Alunos das Escolas Itinerantes do MST – versão 2007 e 2008,<sup>6</sup> desenvolvido pelo grupo.

As intervenções realizadas pelo GPET nas escolas do MST, no que se refere ao pensar, planejar e desenvolver atividades com o grupo de educandos Sem Terra, procuram respeitar e concretizar os propósitos do Projeto Político Pedagógico da Escola Itinerante no que tange aos conteúdos e à metodologia de trabalho alicerçada no diálogo. O trabalho proposto busca, além de desenvolver conteúdos da área da Geografia, estabelecer relações e questionamentos a partir dos contextos dos Sem Terra.

Além da pesquisa de campo, a metodologia articula revisão bibliográfica sobre a educação no MST e a Educação Popular; levantamento documental do próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra sobre a educação, a Escola Itinerante e a Educação Física como disciplina curricular.

As sistematizações focalizam as configurações históricas do MST e as ações do movimento para articular um processo educativo próprio, a estrutura física e pedagógica da Escola Itinerante e a Educação Física como disciplina curricular, bem como, as dificuldades encontradas para o desenvolvimento da prática nesse espaço-tempo. Foram esteios fecundos para fundamentação desta

---

latifúndio cujas conseqüências são imprevisíveis. Por assentamento, entendemos o território conquistado, portanto, parte das possíveis conquistas que representa, sobretudo, a possibilidade de territorialização.

<sup>5</sup> O GPET objetiva, entre outros pontos, possibilitar a formação de profissionais comprometidos com propostas educacionais voltadas às realidades sociais diferenciadas, com ênfase na educação popular e proporcionar o contato de professores e de acadêmicos das licenciaturas em questão com a realidade educacional do MST, com o fim de realizar uma reflexão crítica sobre a problemática da terra, das condições dos acampados e da formação de professores.

<sup>6</sup> Este projeto vem sendo desenvolvido desde 1997, com o apoio do Programa de Licenciaturas (Prolicen), por acadêmicos e professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) dos cursos de Geografia e de Pedagogia, nas Escolas Itinerantes de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

pesquisa os estudos de Caldart (2000, 2001, 2004), Freire (1977, 1983, 1993) Stédile e Göergen (1996), os documentos do ITERRA (2004) e o Dossiê MST Escola (2005).

### **A caminhada do MST: configurações no decorrer da história**

Atualmente, o MST tem sido definido como um dos movimentos sociais mais importantes existentes no Brasil e reconhecido mundialmente. Esse reconhecimento foi conquistado por se tratar de um movimento que se contrapõe às políticas neoliberais, que vêm provocando graves conseqüências, tais como, desemprego, precariedade das condições de trabalho, elevação dos índices de pobreza, da desigualdade social, do êxodo rural e o acirramento do problema agrário.

O MST, diante dessa situação, articula sua luta em prol da reforma agrária, do direito à terra, mas também em prol da conquista e consolidação de condições econômicas de permanência do trabalhador na terra, do desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida e acesso de todos à saúde, à educação, à cultura, ao lazer etc.

A história revela que não é de hoje que a estrutura agrária brasileira se concentra nas mãos de poucos, conseqüentemente, também a luta pelo direito à terra marca o processo histórico brasileiro.<sup>7</sup> As mais recentes e significativas manifestações que ocorreram a partir dos anos de 1950 e 1960, que tiveram abrangência nacional e mobilizaram milhares de trabalhadores rurais, foram as Ligas Camponesas, organização da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). No entanto, Bezerra Neto (1999, p.11) destaca que “somente no final dos anos 70, é que os camponeses efetivaram através da ação sua luta dando início à ocupação de terras no estado do Rio Grande do Sul”.

A fundação do MST consolidou-se em 1984, embora a atuação dos trabalhadores rurais sem-terra tenha iniciado, em 1978, com o conflito nas reservas indígenas de Nonoai, RS. Os determinantes que desencadearam o movimento, segundo Stédile e Göergen (1996), foram de ordem econômica, social e política.

Após consolidar-se no final dos anos de 1970, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tem, em seu histórico, muitas lutas e conquistas. O MST já realizou mais de duas mil ocupações, com trezentas mil famílias, e conquistou sete milhões de hectares.<sup>8</sup> Esses números aumentam constantemente em função do contínuo movimento de ações que, vale destacar, são responsáveis

---

<sup>7</sup>Dentre essas lutas destacam-se: Guerra dos Canudos, BA, em 1893; Guerra do Contestado, SC, em 1920; Coluna Prestes em 1924.

<sup>8</sup> Dados apresentados na Agenda MST 2004, organizada com base nos documentos do MST em comemoração aos 20 anos do Movimento.

pelas conquistas alcançadas. O MST se organiza, atualmente, em setores coletivos, responsáveis para dar conta dos projetos do Movimento, tais como: produção, cooperação, meio ambiente, formação, gênero, saúde, cultura, comunicação, direitos humanos e juventude.

Cabe considerar que as ações do Movimento, normalmente, são expostas na mídia (rádio, televisão, jornal impresso, especialmente nos hegemônicos e de caráter privado), por meio de conteúdos tendenciosos, articulando um discurso que tenta desacreditar e deslegitimar a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, utilizando, por exemplo, o termo invasão em vez de ocupação. O jogo de palavras incute no leitor ou telespectador premissas “equivocadas”, uma vez que o primeiro termo traz a idéia de ilegalidade, enquanto o segundo se refere ao preenchimento de algo vazio, desocupado, portanto, de direito.

As ocupações, no senso comum, são entendidas como ilegítimas por não estarem em conformidade com as leis constitucionais. Por outro lado, Stédile e Göergen (1996, p.53), na discussão que realizam sobre o assunto, argumentam que “a ocupação cria uma situação de conflito que obriga o governo e a sociedade a olhar para o problema dos Sem Terra”. Há toda uma mobilização, que chama a atenção da imprensa, da polícia militar e dá visibilidade ao movimento (apesar das distorções).

Para Caldart (2001), o MST desperta atenção na sociedade por apresentar características distintas das de outros movimentos sociais semelhantes, tais como: a radicalidade do seu jeito de fazer luta e os sujeitos que ela envolve; a multiplicidade de dimensões em que atua; a combinação de formatos organizativos diversos; a capacidade que vem construindo de universalizar sua bandeira de luta, que nasce de um grupo social específico e de seus interesses sociais imediatos.

A proposição da efetivação da reforma agrária atinge um dos eixos centrais das relações capitalistas – a propriedade privada –, que atualmente vem expressando suas contradições na luta pelo trabalho. No modelo econômico capitalista, que se caracteriza pela exploração do trabalho humano e da natureza, pela propriedade privada dos meios de produção, o trabalho desaparece como categoria fundamental na sua dimensão humana e passa a ser entendido e convertido em mercadoria. O trabalhador vende sua força de trabalho, transformando-se em uma simples peça da produção. Essa organização afirma a sociedade de classes, própria do capitalismo, em que uns produzem o trabalho, outros usufruem seus frutos, enquanto outros são excluídos de todo esse processo.

Ao objetivar a emancipação da classe trabalhadora pode-se dizer que, para o MST, não basta a conquista da terra, trata-se de um movimento que objetiva construir alternativas no interior do atual contexto social. Parte das estratégias tem colocado a educação, que no Movimento é entendida para

além da escola (CALDART, 2000), como forjadora de novas formas de relações, diferentes das vivenciadas na atual sociedade.

### **O MST e suas ações em busca de um processo educativo próprio**

O processo educativo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem sido forjado na caminhada de lutas. As experiências são construídas no bojo das dificuldades, com criatividade e disposição. A educação destaca-se como um dos elementos inovadores e um importante instrumento de luta pela terra e pela transformação social, apresentando, em suas bases, referenciais da pedagogia socialista, conforme evidencia sua proposta pedagógica.

No universo do MST, falar em educação inclui um universo que não implica apenas em conquistas de espaço físico para a escola, mas que esteja voltado para a valorização do campo e para instigar os envolvidos a posicionarem-se criticamente em relação à sociedade capitalista e a serem sujeitos da sua história. Sujeitos, vale ressaltar, não individuais, mas sujeitos coletivos, vinculados a uma luta social e à busca do projeto histórico socialista, demandando uma nova forma de educar.

A partir das dificuldades dos Sem Terra em ingressar e freqüentar as escolas tradicionais, em função da estrutura formal que as sustentam, surgiu a necessidade de um espaço pedagógico diferenciado. As instituições educacionais tradicionais desenvolvem um trabalho que, na grande maioria dos casos, não contempla, desconhece e desrespeita a realidade dos educandos, sobretudo, dos pertencentes ao MST.

A educação, para o MST, é entendida como um dos pilares de formação humana que está intimamente ligada com um determinado projeto político e com uma concepção de mundo. À luz do que está exposto no Dossiê MST Escola<sup>9</sup> (2005, p.161), o processo educativo encontra-se como “uma das dimensões de formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores”.

Os primeiros relatos a respeito da educação nos Assentamentos foram produzidos no início dos anos 1980. Tais documentos enfatizam uma escola diferenciada para o campo, especialmente para os Assentamentos. Pensar e desenvolver propostas sobre “que escola queremos?” e “como organizar a

---

<sup>9</sup> Coletânea de documentos publicados e produzidos pelo MST referentes à Educação no período de 1990 a 2001, reunidos em um mesmo caderno.

escola do Assentamento?” (MST, 2005) foram as preocupações que nortearam a ação dos educadores envolvidos nos Assentamentos e Acampamentos organizados no MST.

No final dos anos 1980, foi criado o Setor de Educação, a partir de uma reestruturação interna do Movimento, que se dividiu em setores de atividade. Por meio desse setor, a Escola Itinerante dá início à construção de uma proposta pedagógica voltada a atender os interesses dos trabalhadores do campo. A Escola Itinerante organiza-se dentro dos Acampamentos e Assentamentos e tem por finalidade atender às crianças, aos jovens e aos adultos que nunca freqüentaram uma escola ou, ainda, que tiveram acesso restrito à escolarização. Essa é uma forma encontrada pelo MST para dar acesso à educação escolar durante os períodos em que as famílias acampadas aguardam as providências do Estado para serem assentadas.

A luta pela legalização e reconhecimento da Escola Itinerante dá-se no decorrer das ocupações. Mediante inúmeras reivindicações, o Movimento conquistou, em 19 de novembro de 1996, a formalização da Escola Itinerante como escola pública e gratuita, garantindo aos acampados o direito à educação e fazendo cumprir um dever do Estado em oferecer educação a todos os cidadãos (MST, 2005).

Atualmente, no Rio Grande do Sul, as Escolas Itinerantes do MST são escolas públicas estaduais, organizadas no interior dos Acampamentos, vinculadas à Escola de Ensino Fundamental Nova Sociedade. Essa é conhecida como a Escola Base que responde por todo o processo organizativo e institucional da Escola Itinerante. A Escola de Ensino Fundamental Nova Sociedade é considerada uma referência do Movimento, sendo, por isso, escolhida para assegurar legalmente as escolas dos Acampamentos, tendo como função principal legitimar o documento das Escolas Itinerantes.

Para que o trabalho educativo se efetive, são responsáveis pela execução da proposta pedagógica a direção estadual do MST, as direções dos acampamentos, a equipe de educação dos acampamentos e o setor de educação estadual.

### **O Projeto Político Pedagógico da escola itinerante**

A partir de um trabalho reflexivo, com as bases, em que pais, professores, educandos, lideranças e principalmente coletivos de acampados puderam expressar suas dificuldades e expectativas em relação à escola, foi elaborado o Projeto Político Pedagógico para a Escola Itinerante (MST, 2005).

Conforme enuncia Caldart (2002, p. 32), o projeto educativo do campo defendido pelo Movimento situa as práticas sociais, entre elas, especialmente, as relações de trabalho, como práticas que “conformam (formam ou deformam) os sujeitos” e, nesse sentido, pode-se afirmar “[...] que não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes e sem prepará-los para serem os sujeitos destas transformações”.

A escola organiza-se por princípios filosóficos e pedagógicos vinculados à Pedagogia do Movimento Sem Terra e aos princípios e Diretrizes da Educação Pública Estadual, buscando desenvolver uma educação como processo permanente de formação e transformação, voltada para as várias dimensões do ser humano, abrangendo o conhecimento científico e conteúdos relevantes para a vida do campo e para a construção da memória e dos valores humanistas de forma participativa e igualitária. Partindo da realidade e da cultura do movimento, o contexto escolar é um espaço organizado coletivamente e de forma cooperativa, que visa a desenvolver e a incentivar os valores humanistas e a resgatar a dignidade humana (MST, 2005).

Entre os princípios que norteiam a prática da Escola Itinerante, destacam-se: direção coletiva, cooperação, auto-organização dos educandos, defesa da classe trabalhadora, educação militante, cultivo da memória e aprendizagem da história, formação para o trabalho, formação organizativa, formação econômica, formação política, relação entre prática e teoria, entre outros.

### **O trato dos conteúdos da Educação Física como disciplina curricular**

Os cadernos do setor de educação, a elaboração e a publicação dos documentos que orientam a ação pedagógica para o conjunto das escolas do MST iniciaram em 1990. Nesses materiais, há a indicação de linhas e princípios gerais, mas quando se referem à prática pedagógica sobre o cotidiano escolar, o foco é o ensino fundamental. Não há, ainda, um documento do setor que oriente a prática do ensino médio e profissional para as escolas.

Em geral, as escolas em Assentamentos e Acampamentos contemplam os anos iniciais do ensino fundamental (1ª à 4ª série). Em menor número, encontram-se aquelas que oferecem os anos finais (5ª à 8ª série), e são raras as escolas que possuem o nível médio e, mais ainda, o médio profissionalizante.

A Escola Itinerante Filhos de Deus oferece sete etapas de ensino (pré-escola, 1ª introdutória, 1ª normal, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª etapas), sendo cada uma dessas acompanhada por dois educadores. A estrutura da escola é composta por quatro salas de aulas feitas de lona (e que contêm um quadro-negro e móveis construídos pelos próprios integrantes do acampamento), por uma cozinha/refeitório e uma



secretaria/biblioteca, também feitos de lona, e por um pátio, onde se desenvolvem as aulas de Educação Física.

Os conteúdos trabalhados pelas diversas áreas do conhecimento na Escola Itinerante são construídos no percurso do processo pedagógico e devem considerar as necessidades do educando e respeitar os conhecimentos historicamente construídos que sejam socialmente úteis e tenham um sentido concreto na vida dos educandos.

A Educação Física, entendida como área de conhecimento importante na formação do sujeito Sem Terra, tem como princípio trabalhar, nas séries iniciais, a partir da perspectiva da expressão corporal, sendo contemplados como conteúdos: o teatro, as danças, os exercícios físicos, a música e os jogos.

Nas etapas de ensino seguintes, as aulas de Educação Física visam ao desenvolvimento de diferentes aspectos. As proposições relacionadas ao período da 5ª à 8ª série, conforme traduz o Dossiê do MST (2005, p.149), objetivam:

formar corpos e mentes saudáveis, com preparo físico, resistência e disposição para a luta, o trabalho e o lazer. Neste sentido, é recomendado que os momentos de Educação Física sejam dedicados predominantemente para: ginástica (montar seqüências fixa de exercícios que trabalhem todas as partes do corpo), caminhadas longas e cadenciadas, corridas, saltos em altura e distância, corda, bastão, lançamentos, exercícios de relaxamento corporal e mental. Em relação aos jogos, pode-se aproveitar o espaço da disciplina para ensinar as regras e técnicas dos principais jogos recreativos e esportivos. Quanto à prática dos jogos, o melhor é que fique no espaço de lazer coletivo a ser organizado pelos próprios alunos.

Tais proposições acenam para perspectivas utilitaristas e compensatórias que visam a desenvolver algumas ações (exercícios ginásticos, caminhada, exercícios de relaxamento) para obter resultados específicos em troca (corpos e mentes saudáveis). Evidencia, de um lado, certo descompasso com o projeto de sociedade e de educação do Movimento, por outra via, se for considerado que a luta do MST se expressa, em grande medida, na tensão das marchas, das ocupações, dos deslocamentos, há que se considerar que esse constante movimento também demanda aprendizado, que pode ser viabilizado pelo trato dos conteúdos da Educação Física.

Segundo relatos dos educadores da Escola Itinerante Filhos de Deus, as escolas do MST atribuem importância à Educação Física, pois, diferentemente das demais Escolas Estaduais do Rio Grande do Sul,<sup>10</sup> garantem aos seus alunos de 1ª a 4ª série dois períodos de aulas por semana para a

---

<sup>10</sup> O Estado do Rio Grande do Sul é um dos únicos estados brasileiros que não tem professor de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As aulas de Educação Física são assumidas pelas professoras unidocentes, com formação em Pedagogia ou Magistério.

disciplina. As demais Escolas Estaduais contam ou com a boa vontade dos acadêmicos dos cursos de Educação Física ou de professores que compreendem a importância da disciplina nessa faixa etária e trabalham com esses alunos por meio de projetos.

Na escola itinerante, todavia, os educadores acenam para a Educação Física como um dos poucos momentos que congregam todos os educandos. Como ressalta uma educadora:

nós aqui no acampamento não temos um lugar onde eles possam brincar, um parquinho, não tem muito espaço pra brincadeira. Esse momento da Educação Física é o momento deles relaxarem, onde eles se encontram, conversam, descontram, se divertem.

Neste contexto, a disciplina constitui-se em um espaço-tempo de aprendizagens e manifestações de lazer. Em virtude da escassez de espaços apropriados, o lazer das crianças se revela, em grande medida, na criação de brincadeiras e reprodução de atividades aprendidas nas aulas de Educação Física. Segundo a educadora,

mesmo quando não tem aulas de Educação Física eles estão sempre brincando, jogando, fazendo as brincadeiras que a gente ensinou. [...] Essa brincadeira da 'farinhada' e a 'sapata', é a gente passar pelo meio do acampamento e lá estão as crianças brincando de fazer a farinhada.

Os educadores pesquisados assinalam que, nas aulas de Educação Física, são desenvolvidos conteúdos que aprendem em outros espaços de diálogo e convivência do movimento (encontros, congressos, momentos de formação do MST e nos cursos de formação de educadores oferecidos pelo Movimento). Os educandos ao aprenderem tais atividades incorporam-nas no seu cotidiano dentro do Acampamento, conferindo às aulas de Educação Física um diferencial, uma vez que essas se alicerçam nas experiências dos educadores em outras instâncias do próprio movimento e repercutem na vivência diária dos educandos.

Essa continuidade que se dá das diferentes vivências nos diversos âmbitos do Acampamento dentro da escola caracterizam o momento de alternância entre o que se vive na instância maior (Direção Estadual, Direção Nacional, Instituto de Educação Josué de Castro etc.), no momento escola e no momento comunidade. Essa dinâmica reflete em si a presença pedagógica constante do próprio Movimento, que é o “sujeito educativo principal do processo de formação dos sem terra, no sentido de que por ele passam as diferentes vivências educativas de cada pessoa que o integra, seja em uma ocupação, um acampamento, uma marcha, uma escola” (CALDART, 2004, p. 325).

No que tange ao processo de formação dos educadores, é necessário esclarecer que o Instituto Educacional Josué de Castro (IEJC), instituição de formação a que estão vinculados, desenvolve seu processo educativo/formativo em regime de alternância entre o Tempo Escola (período em que a maior influência é da escola – IEJC) e o Tempo Comunidade (período em que a maior influência é o da comunidade). Esse é um momento de experimentação, socialização dos conhecimentos, pesquisa de campo e atividades orientadas pela escola (ITERRA, 2004).

Nessa perspectiva, Caldart (2001, p.60) sustenta que o momento de alternância permite a troca de conhecimentos e o fortalecimento dos laços familiares e dos vínculos dos educandos com o Assentamento ou Acampamento, o MST e a terra.

Outro aspecto relevante sobre a Educação Física, na escola do Acampamento pesquisado, está relacionado com a organização do espaço escolar. Dependendo do planejamento dos educadores, há momentos em que a Educação Física é trabalhada com todas as turmas do turno conjuntamente. Essa dinâmica de trabalho surgiu em função do espaço onde acontecem as aulas localizar-se próximo às salas de aula. A movimentação no pátio dificultava o desenvolvimento das demais disciplinas.

Outros fatores que também facilitam essa organização dizem respeito ao gosto de alguns educadores de trabalharem com os conteúdos da Educação Física e ao estágio de ensino que freqüentam nos cursos de Magistério e Licenciatura do Campo no IEJC. Conforme se vê no seguinte relato: “Quando um educador aprende uma brincadeira nova ou um exercício novo, ele ensina para todos os alunos e demais educadores durante as aulas de Educação Física. Alguns têm mais facilidade e gostam mais que os outros de fazer brincadeiras e jogar com a gurizada”.

Apesar de não ter sido um propósito inicial, esse desdobramento tornou-se uma alternativa que reforça o respeito e o sentido de coletividade e de solidariedade entre os educandos, ou seja, reforça pressupostos fundamentais do movimento Sem Terra. A ênfase nesses princípios se faz necessária à medida que, como destaca uma educadora, “as crianças vêm de uma essência diferente, elas vêm de fora, não nasceram aqui dentro, vêm de uma sociedade individualista e a gente aqui dentro tem que trabalhar isso”.

Como foi possível observar, na convivência e no desenvolvimento das atividades entre as diferentes faixas etárias, os mais velhos auxiliam e respeitam os mais novos. Além disso, não há muitos conflitos no que tange às diferenças de gênero, idade ou etapa de ensino. Como diz um educador: “às vezes tem uns bem pequenininhos jogando no meio dos grandes. Os grandes não se importam, quando algum fala alguma coisa os outros defendem e dizem pra deixar”.

Conforme relato dos educadores, há momentos em que recorrem às vivências que tiveram quando eram alunos em escolas formais para desenvolverem suas aulas, adaptando ao contexto local. Mencionam, como exemplo, salto em distância, corridas, jogos com bola e exercícios de alongamento e aquecimento. Além desses conteúdos, buscam também resgatar brincadeiras tradicionais, como a “sapata” e o jogo de taco.

Segundo um dos coordenadores do setor de educação, a Educação Física é uma das disciplinas em que os educadores encontram maior dificuldade em realizar e inovar seus planejamentos. Essa dificuldade se dá, principalmente, pela falta de acesso a materiais de consulta referentes à disciplina. Salientam que os recursos materiais são escassos, que os incentivos estaduais diminuíram muito, dificultando ainda mais o trabalho. Dispõem apenas, em termos de recursos materiais, de uma bola de futebol e de alguns jogos confeccionados por eles e pelos educandos.

Nas entrevistas, esclarecem que o trabalho pedagógico é desenvolvido a partir da perspectiva freiriana, que propõe o ensino a partir de temas geradores emergentes do próprio contexto social. Nessa perspectiva, os educadores trabalham em média duas semanas com um tema gerador e se reúnem para avaliar se os alunos conseguiram compreender o tema e apreender o conteúdo trabalhado. Se os objetivos foram alcançados, propõem um novo tema gerador, pertinente ao grupo. Segundo eles, sem a avaliação da prática, a Escola Itinerante torna-se como a escola tradicional. Com este método, acreditam que não há necessidade de realização de provas, pois só avançam com o conteúdo se os alunos estiverem preparados para isso.

A proposição de Paulo Freire (1983) – vale destacar, que advém da preocupação com as classes oprimidas –, explicitada no livro *Pedagogia do Oprimido* no que se refere à ação pedagógica a partir de temas geradores, é parte da proposta de uma educação libertadora, em oposição à educação bancária. Nesta, a relação entre educador e educando se dá de maneira vertical. O educador é detentor de todo o saber enquanto o educando é apenas um receptor.

Na educação libertadora, no entanto, o conhecimento parte da experiência concreta do homem e este reconhece o seu caráter histórico e transformador. Para Freire (1983), o homem só chegará à consciência do seu contexto e do seu tempo na relação dialética com a realidade, pois só desta maneira terá criticidade para aprofundar seus conhecimentos e tomar atitudes frente às situações objetivas.

Nesse sentido, quanto mais se articula o conhecimento frente ao mundo, mais os educandos se sentirão desafiados a buscar respostas e, conseqüentemente, quanto mais incitados, mais serão levados a um estado de consciência crítica e transformadora frente à realidade. Essa relação dialética

é cada vez mais incorporada na medida em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo.

Para tanto, Freire (1993, p. 53) adverte que o trabalho do educador deve pautar:

Nem conteúdo só, nem desvelamento só, como se fosse possível separá-los, mas o desvelamento do mundo opressor através do ensino dos conteúdos. O cumprimento dessa tarefa progressista implica ainda na luta incansável pela escola pública, de um lado, e de outro, o esforço para ocupar o seu espaço no sentido de fazê-lo melhor. Esta é uma luta que exige clareza política e competência científica.

No âmbito da relação teoria/prática, da proposta educativa/ação pedagógica, os professores procuram trabalhar os conteúdos específicos de cada disciplina através dos temas geradores, relacionando-os com a experiência dos acampados, enfocando a valorização e o cuidado com a terra. Acenam, no entanto, certa dificuldade na concretização desse processo. A dificuldade é, em parte, oriunda da formação dos educadores que, em geral, ou são leigos ou estão iniciando os cursos de formação (Magistério e Licenciatura do Campo). Todavia, apesar dessas limitações, buscam melhorar sua qualificação por meio de freqüentes discussões em grupo, nas quais compartilham aquilo que sabem, auxiliando-se mutuamente, do estudo dos materiais sobre educação do MST, de participação em cursos de formação oferecidos pelo Movimento (IEJC) ou por instituições de ensino parceiras (UnB, Unijuí, UCS e outras).

Outro entrave existente na escola do MST é a rotatividade de educadores, em função da própria característica do Movimento (serem assentados, mudarem para outros acampamentos ou passarem a trabalhar em outro setor no próprio acampamento). Para amenizar essa dificuldade, o setor de educação do Acampamento 08 de Março organizou os educadores em duplas de trabalho. Cada etapa conta com dois educadores, a fim de evitar que o trabalho seja interrompido, caso algum necessite se ausentar.

Embora haja contradições nas falas dos educadores, pode-se dizer que a Educação Física é entendida como área de conhecimento primordial no desenvolvimento do ser humano e assume papel importante no cotidiano escolar da Escola Itinerante. Apesar do discurso hegemônico associado à Educação Física – “faz bem para saúde”; “é importante para as crianças divertirem-se e pararem de ‘aprontar’ pelos barracos” –, é possível perceber que, em suas aulas, conferem uma dimensão para além dessas colocações. Quando falam das atividades que propõem, evidenciam a preocupação com o resgate da identidade cultural dos educandos e com os valores implícitos nas atividades, buscando problematizá-las.

Dentre as atividades observadas na pesquisa de campo, destacam-se a “brincadeira dos rótulos” desenvolvida nas aulas de Educação Física. Com o intuito de trabalhar o relacionamento em grupo, a expressão corporal, a educadora escreveu várias frases (Sou engraçado. Sorria. / Sou indeciso. Digame o que fazer. / Sou poderoso. Respeite-me. / Sei tudo. Pergunte-me. / Sou antipático. Evite-me.) em pequenos cartazes e os colou nas costas de cada uma das crianças. A partir de um sinal, as crianças deveriam começar a andar em um espaço determinado e, ao encontrar um colega, deveriam ler (mas não dizer) o que estava escrito em suas costas e agir de acordo com as instruções. Por exemplo, a criança ao ler “Sou prepotente. Tenha medo!”, devia expressar corporalmente o receio e fugir do colega com esse rótulo. Depois de um tempo, quando todos já tinham visto os rótulos de todos os colegas, a educadora problematizou a atividade perguntando se cada aluno descobriu o que estava escrito em suas costas, como se sentiram, se em situações do dia a dia já viveram situações semelhantes. Perguntou se eles costumam “rotular” os colegas ou se já passaram pela experiência de receberem rótulos. Por fim, a educadora conclui falando sobre a forma “como as pessoas são rotuladas na sociedade, conforme sua aparência, seu credo, ideologia, e que os rótulos atribuídos às pessoas, em geral, são pejorativos”.

Outra atividade proposta foi a “Brincadeira Negrinho da África”, na qual as crianças representam através da brincadeira a situação vivida pelos escravos. Em um espaço delimitado, são distribuídas as crianças (que serão os “negrinhos”), exceto uma que representará o papel de “feitor”. Os “negrinhos” devem estar atentos ao descuido do “feitor” e tentar fugir para outro local. Caso o “negrinho” seja preso, ele é levado para outra área determinada, mas os demais podem salvá-lo. Nessa brincadeira, o educador enfatiza a importância da organização coletiva (pois alguns podem distrair o “feitor” para os demais fugirem), a necessidade da preocupação com a situação do outro (dos “negrinhos” livres com os presos) e resgata o tratamento impingido aos negros no período da escravidão.

Atrelado a esse entendimento, os conteúdos da Educação Física, em especial nas primeiras etapas do Ensino Fundamental, são desenvolvidos por meio de temas geradores pertinentes ao grupo com quem se está trabalhando.

À luz dessa perspectiva, um exemplo de atividade desenvolvida durante as intervenções do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) no Acampamento pesquisado, para trabalhar alguns conteúdos da Educação Física, foi a atividade “Cada macaco no seu galho”. Por meio dessa brincadeira, objetiva-se, além de trabalhar as noções espaço-temporal, agilidade e coordenação

motora, discutir a exclusão sócio-espacial em que os sem-terra estão submetidos e valores como solidariedade e igualdade de condições.

Para a realização da atividade, as crianças foram distribuídas no terreno ao lado da escola dentro de círculos, representando os galhos dos “macacos”. Foi explicado que cada criança seria um “macaco” e cada “galho” representaria a casa dos “macacos”. A cada enunciação da frase “cada macaco no seu galho”, as crianças deveriam correr e trocar de “galho”. Na medida em que a brincadeira se desenvolvia os “galhos” foram sendo quebrados (apagados), até que todos tiveram de ficar em um único “galho” (entenda-se círculo).

Para finalizar, as crianças foram reunidas para dialogar em torno de questões, como: foi bom ficar sem galho? Por quê? É bom ficar sem ter onde morar? Se isso acontece com alguém, o que ele pode fazer? Assim, foi possível problematizar com os educandos o processo de exclusão social em que se inserem. Por meio da dinâmica, objetivou-se enfatizar o sentido da coletividade – pois ao final todas deveriam estar em um mesmo “galho”, representando que não havia lugar para todo mundo e que alguns tinham de dividir seu espaço com os outros –, e o senso crítico, pela reflexão da situação cotidiana do grupo comunidade, propiciando inter-relação entre o real e o ideal, o social e o político.

É pertinente salientar que, no contexto brasileiro, há grupos que vêm se preocupando em pesquisar as manifestações ligadas ao universo da Educação Física (esportes, lazer etc.) bem como elaborar proposições pedagógicas para e/ou com os sujeitos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um deles é o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer (Lepel/Faced/UFBA), que, ao estabelecer relações com Ministério de Desenvolvimento Agrário e atuar no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, vem se preocupando em produzir conhecimento acerca do tempo pedagógico das Escolas do MST. Dentre os diversos estudos realizados nesse contexto, a ação junto ao PRONERA orientou a construção da proposta para as aulas de Educação Física, na perspectiva da cultura corporal, apontando a possibilidade de formação humana tendo o trabalho como princípio educativo (ALBUQUERQUE et al., 2007).

### **Considerações finais**

No decorrer deste estudo, procuramos compreender de que forma a prática pedagógica da Educação Física acontece na Escola Itinerante do Acampamento 08 de Março. Os resultados da pesquisa acenam para uma ação pautada nas vivências dos educadores dentro do próprio Movimento, nas diferentes instâncias.

O MST contesta o modelo de sociedade baseado na concentração da terra e na exploração do trabalho e luta pela construção de um projeto de sociedade para além do capital. Identifica a escola como espaço-tempo fundamental para trabalhar e agregar valores ligados ao trabalho cooperativo, solidário, autônomo, vinculado a terra e no sistema de pequenas propriedades. O Movimento e, por consequência, a Escola Itinerante, estando inseridos no sistema que escravizam, excluem e expropriam vivências constantes e conflitos com a construção desses horizontes.

Nessa direção, no que tange ao entendimento por parte dos educadores sobre a importância da Educação Física, a pesquisa assinalou que existem conflitos entre o discurso e a prática pedagógica desenvolvida. Ao proferirem o discurso hegemônico acerca da relevância da Educação Física na vida dos educandos vinculada à melhoria da saúde e da qualidade de vida, evidencia-se, por parte dos educadores, um entendimento insuficiente acerca da especificidade da Educação Física na formação dos sujeitos desse contexto particular, ou seja, do MST.

Há que se lembrar de que a própria história da Educação Física evidencia a sua constituição e definição sob a influência do pensamento hegemônico das classes dominantes, omitindo-se de cumprir seu papel social na formação dos sujeitos. Ao enfatizar a formação de um homem saudável, forte e ágil, a Educação Física tende a adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação dessa sociedade (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Vale registrar que, apesar de as falas dos educadores apontarem para uma tendência recreacionista e instrumentalista, as atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física vêm atribuindo um viés de criticidade ao serem problematizadas pelos educadores. Nesse âmbito, ao serem vinculadas ao contexto local, as aulas de Educação Física contribuem para formação humana desses sujeitos, somando suas ações ao projeto educativo defendido pelo MST.

O contato com o contexto em foco instiga a pensar e a repensar a prática educativa e a operacionalização do conhecimento da Educação Física aliada a um processo de reflexão coletivo específico e sinaliza para a necessidade de a formação acadêmica possibilitar reflexões, problematizações e experiências com os diferentes meios socioculturais em que a atuação profissional pode acontecer, tal como o campo e os movimentos sociais.

Como lembra Oliveira et al. (2007, p.70), compreender as “diferentes experiências encontradas na Educação Física escolar é perceber sua pluralidade central, assinalada pelas histórias de vida dos sujeitos escolares que participam da complexidade do espaço da escola, construindo e intervindo”. Os alunos não podem ser vistos como seres sujeitados e passivos diante de um saber imposto e terem



seus saberes culturais deslegitimados (FREIRE, 1977). Estabelecer uma relação educativa com os sujeitos que vivem no campo “requer necessariamente uma reflexão e um entendimento do seu modo de vida, dos seus interesses, das suas necessidades de desenvolvimento e dos valores específicos” (BRASIL, 2007, p.8).

Para tanto, a universidade cumpre o papel primordial de questionar o estabelecido, de mediar condições de superação para os problemas concretos da realidade.

Os resultados dessa pesquisa possibilitam trazer à academia, em especial ao curso de Educação Física, discussões e reflexões sobre a formação acadêmica que não leva em conta elementos sobre as diversidades culturais. O currículo baseia-se essencialmente no contexto urbano e exclui da discussão, da problematização e da construção de metodologias, os contextos e grupos minoritários, tais como as iniciativas de educação popular, os movimentos sociais, o meio rural, entre outros.

O encaminhamento de ações é um desafio que não se reduz somente à formação inicial, mas exige esforços – e com urgência – na direção da formação continuada. Cabe destacar que o MST sinaliza para uma sociedade em movimento, em construção, desafiando a universidade e a escola a pensarem os horizontes de suas práticas pedagógicas.

## Referências

ALBUQUERQUE, J. O. et al. A Prática pedagógica da Educação Física no MST: possibilidades de articulação entre teoria pedagógica, teoria do conhecimento e projeto histórico. In: **Revista brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 121-140, jan. 2007.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas dos movimentos dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 125-144.

BRASIL. **Panorama da educação no campo**. Brasília: MEC, 2007.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. 2. ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada, políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 42-62.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 21, 1983. (Coleção O Mundo Hoje)

ITERRA. Cadernos do ITERRA. Instituto de Educação Josué de Castro: método pedagógico. **Cadernos Iterra**, Veranópolis, n. 9, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Dossiê MST escola**: documentos e estudos 1990 – 2001. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de et al. A Educação Física escolar em Maringá: experiências de ensino aprendizagem no cotidiano das aulas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p.69- 83, jan. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. **Projeto Político-Pedagógico das Escolas Itinerantes do Estado do Rio Grande do Sul**, 2002.

STÉDILE, João Pedro; GÖERGEN, Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Página Aberta, 1996.